



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

DORCAS FERREIRA SANTOS

**MEMÓRIA E EDUCAÇÃO: A OPERAÇÃO CAJUEIRO NO ENSINO
DE HISTÓRIA (1976-2023)**

MONOGRAFIA DE CONCLUSÃO DE CURSO
APRESENTADA AO DEPARTAMENTO DE
HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SERGIPE COMO REQUISITO PARA OBTENÇÃO
DO GRAU DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Célia Costa Cardoso

**SÃO CRISTOVÃO
2023**

MEMÓRIA E EDUCAÇÃO: A OPERAÇÃO CAJUEIRO NO ENSINO DE HISTÓRIA (1976-2023)

Dorcas Ferreira Santos¹

Resumo

Esta pesquisa tem como principal objetivo fazer uma análise a respeito do conhecimento histórico dos estudantes do 3º ano do ensino médio, de escola pública, referente à ditadura civil-militar no estado de Sergipe, dando uma maior atenção à Operação Cajueiro de 1976. Esse episódio foi uma ação repressiva que o estado vivenciou durante o regime militar, que resultou na prisão e tortura de alguns militantes do PCB (Partido Comunista Brasileiro). Utilizando os recursos da história oral e as entrevistas e documentos produzidos e recolhidos pela CEV/SE (Comissão Estadual da Verdade - jornalista Paulo Barbosa) foi possível analisar a memória de personagens importantes para a história de Sergipe, que muitas das vezes são esquecidos e não ensinados em sala de aula. Por meio de entrevistas e enquetes feitas com discentes do 2º grau do ensino fundamental, buscamos conhecer a Operação Cajueiro a partir dos estudantes sergipanos, para avaliar o seu grau de entendimento da história do estado durante o período ditatorial.

Palavras-chave: Memória; Educação; Ensino de História; Operação Cajueiro

ABSTRACT:

This research has as main objective to analyze the historical knowledge of students in the 3rd year of high school public school referring to the civil-military dictatorship in the state of Sergipe giving greater attention to the 1976 Operation Cajueiro. This episode was a repressive action that the state experienced during the military regime which resulted in the arrest and torture of some PCB (Brazilian Communist Party) militants. Using the resources of oral history and interviews and documents produced and collected by CEV/SE (State Truth Commission - journalist Paulo Barbosa) it was possible to analyze the memory of important characters in the history of Sergipe which are often forgotten and not taught in the classroom. Through interviews and surveys carried out with students from the 2nd grade of elementary

¹ Graduanda em História – licenciatura plena pela Universidade Federal de Sergipe. E-mail: Santosdorcas65@gmail.com. Orientadora: Prof^a. Dr^a. Célia Costa Cardoso. E-mail: celcard14@gmail.com.

school we seek to know Operation Cajueiro from Sergipe students to assess their degree of understanding of the history of the state during the dictatorial period.

Keywords: Memory; Education; History teaching; Operation Cajueiro.

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, os estudos históricos dos regimes autoritários são essenciais para a sociedade brasileira, pois foi possível notar ao longo dos últimos anos que parte da população não é esclarecida quanto à questão, vale ressaltar ainda que alguns até pedem o seu retorno. Além disso, há uma tentativa de negação ou silenciamento de alguns fatos trágicos, como o emprego de torturas físicas e mentais, as quais fizeram muitas pessoas sofrerem. E, é nesse contexto de ascensão da extrema direita brasileira, que chega ao ápice no governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), que viemos colocar em relevância a divulgação e o debate do relatório final da Comissão da Verdade Nacional e também das Comissões estaduais. Mas, o foco dessa pesquisa é a Operação Cajueiro, uma operação militar que levou a perseguição de comunistas em Sergipe, em 1976, e também a forma como esse evento foi tratado pela Comissão Estadual da Verdade Paulo Barbosa Araújo (CEV) - referente ao estado sergipano - e suas repercussões no ensino de História nos dias de hoje.

O recorte temporal estabelecido é entre os anos de 1976 a 2023, que abrange o início da Operação Cajueiro e os tempos atuais, como uma tentativa de afirmação do imaginário anticomunista e de perseguições por convicções políticas. Na apresentação final da CEV, percebe-se uma certa continuidade entre as ações repressivas do passado recente e o regime democrático instituindo a partir de 1985, com a instauração da Nova República, presidida por uma liderança da ditadura, José Sarney.

Em Sergipe, após a instauração do golpe civil-militar de 1964, o então governador do estado Seixas Dória (1963-1964), do Partido Republicano, foi deposto por demonstrar afinidade com o projeto nacionalista-reformista do governo de João Goulart (1961-1964). O movimento repressivo em Sergipe, após o golpe de Estado, estava em pleno funcionamento, prendendo políticos e trabalhadores, cassando mandatos de deputados estaduais, como Cleto Sampaio Maia (PRT), Antonio Fernando Viana de Assis (PR), José Nivaldo dos Santos (PR) e Baltazar José dos Santos (PSD), além de prefeitos e atingindo com suas perseguições estudantes, sindicalistas, trabalhadores rurais, intelectuais. Os presos tidos como

“subversivos” foram encaminhados ao 28º Batalhão de Caçadores (28º BC), sem mandado judicial. (DANTAS, 2004, p.164).

Na verdade, os direitos civis foram removidos logo no primeiro governo militar, do General Castelo Branco, com a instauração de vários atos institucionais, sendo que o governo posterior, o de Costa e Silva, fez o mais repressivo deles, anunciado no dia 13 de dezembro de 1968, o Ato Institucional Nº 5 (AI-5), dando início aos conhecidos “Anos de Chumbo”. Durante quase 21 anos de regime ditatorial, a população se viu em um país onde a censura, torturas e as cassações políticas imperavam. Ademais, é por todos esses acontecimentos que é necessário lembrar o passado e o historiador tem um papel fundamental para buscar as informações e problematizá-las.

Durante a transição política à democracia, a sociedade brasileira continuou a conviver com alguns órgãos e normas do período militar, como instituições de informação que apenas mudaram de nome e com a Lei de Segurança Nacional, extinta em 1978. Mais a gravidade deu-se em função da Lei da Anistia, de 1979, que não puniu os torturadores, retardando o processo de justiça de transição, o direito à verdade, bem ao contrário do que aconteceu em outros países da América Latina, em que, imediatamente, foram constituídas as Comissões da Verdade e julgados e punidos os torturadores (NASCIMENTO & VIEIRA, 2020: p. 133).

No Brasil, mesmo que tardiamente, depois de muitos debates, no dia 21 de setembro de 2011, foi aprovada a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), ativa entre 2012 a 2014, quando foi divulgado seu relatório final (FAGUNDES, 2019: p. 301). Uma das contribuições da apresentação final da CNV foi a quebra da ideia “concentracionista” de que somente, no Sudeste, existiu repressão e resistência. Ela traz informações referente às instituições e locais associados às graves violações de direitos humanos em todo país, ocorridos durante a ditadura civil-militar. Desse modo, existiram centros clandestinos e unidades militares e policiais que prendiam e torturavam opositores políticos, totalizando 229 lugares, dos quais 45 eram no Nordeste, somando 19,65%, além dos 120 nordestinos mortos e desaparecidos, entretanto, quase 50% destes nordestinos estavam no Rio de Janeiro e em São Paulo, locais onde a luta armada se intensificou.²

Após a instauração da Comissão Nacional da Verdade, alguns Estados simultaneamente instituíram as suas Comissões Estaduais, no entanto, a Comissão Estadual de Sergipe só foi instalada, pelo então governador do estado Jackson Barreto, por meio do

² BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Mortos e desaparecidos políticos / Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. 275-592.

http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_pagina_275_a_592.pdf Acesso em 25/03/2023

Decreto nº 30.030, de 26 de junho de 2015. Denominada de Comissão Estadual da Verdade - jornalista Paulo Barbosa Araújo, uma homenagem ao jornalista do grupo da resistência, falecido em 2000, em sua luta, ele juntamente com o sergipano Milton Alves, denunciaram as prisões ocorridas em Aracaju durante a Operação Cajueiro. A CEV-SE foi composta, inicialmente, por sete membros, sendo presidida pelo professor Dr. Josué Modesto dos Passos Subrinho e a professora Dr. Andréa Depieri de Albuquerque Reginato, além deles foram nomeados a professora Dr. Gabriela Maia Rebouças, o escritor e jornalista Gilberto Francisco dos Santos, o professor Dr. Hélder Teixeira Bezerra, o professor Mestre José Afonso Nascimento e o professor Dr. José Vieira da Cruz. Entretanto, Hélder Teixeira não chegou a assumir a CEV, em seu lugar foi convocado o professor Mestre Gilson Sérgio Matos Reis, logo depois José Vieira da Cruz e José Afonso Nascimento pediram afastamento (CEV/SE, 2020, p. 38). Muitos desses membros já traziam consigo o DNA de luta, de maneira que alguns são filhos de militantes políticos que se engajaram na luta pela democracia.

As atividades da CEV/SE começaram com audiências públicas ou privadas que ocorreram em Aracaju, geralmente, no auditório do Museu da Gente Sergipana, com exceção da sessão pública da Irmã Francisca, em Própria. Em 2016 foram coletados 23 depoimentos: Milton Coelho, Bosco Rolemberg, Wellington Mangueira, Milton Alves, Jackson Barreto, Carlos Alberto Meneses, José Elias Pinho, Edgar Odilon, Marcélio Bomfim, Laura Maria Ribeiro Marques, Laerte Fraga, João Augusto Gama, Faustino Alves Menezes, Francisco Varella, Ilma Fontes, Manoel Pascoal Nabuco D'Avila, Ana Côrtes, Tina Correia, Ancelmo Gois, Benedito Figueiredo, Clodualdo de Oliveira Lima e Maria Auxiliadora (Dora) Rosal Campos, vale frisar que todas as sessões foram transmitidas pela TV Aperipê e a divulgação da sessão acontecia por meio das redes sociais da Comissão e por notas na imprensa. Os objetivos centrais da Comissão Estadual eram efetivar o direito à memória e à verdade histórica, principalmente sobre as graves violações de direitos humanos transcorridas em Sergipe, ou que tenham atingido os sergipanos. Suas atividades se encerraram em agosto de 2019, no entanto a divulgação do Relatório Final³ somente aconteceu em 2021, tendo em vista, infelizmente, que tanto o Governo Federal como o Estadual não demonstraram interesse em publicar esse relatório, o que evidencia que a história sempre foi um campo de disputa política.

O desdobramento do Relatório Final da CNV, em Sergipe, permitiu um intenso debate

³ *Comissão Estadual da Verdade “Paulo Barbosa de Araújo” Sergipe: Relatório Final*. Aracaju. Editorial Diário Oficial do Estado de Sergipe – Edise, 2020. Disponível em: <https://segrase.se.gov.br/edise/produto/250/digital> Acesso em 29/01/2023.

sobre a memória da ditadura, que é desconhecida por grande parte da população. E isso foi o maior motivo para que essa pesquisa fosse desenvolvida. Ao conviver durante o período do ano de 2022 com os alunos do ensino médio, através do Projeto Licenciandos na Escola (PROLICE), coordenado pela Prof^a Dr^a Célia Costa Cardoso, percebi a falta de conhecimento dos discentes a respeito da história do Estado de Sergipe e da repressão na época da ditadura militar. Buscava compreender porque a maioria das pessoas não sabiam que houve, durante a ditadura, uma ação denominada como “Operação Cajueiro”, que ocorreu uma semana antes do carnaval, no dia 20 de fevereiro de 1976, quando 26 pessoas foram presas entre elas estavam professores, deputados, vereadores e alunos levados de formas clandestinas para o 28º BC (Batalhão de Caçadores), na época comandada pelo Coronel Osmar de Mello e Silva, onde vivenciaram torturas físicas e psicológicas, por cerca de uma semana.

Como forma de enfrentar esse desconhecimento, o curta-metragem, dirigido e produzido por Vaneide Dias, Fábio Rogério e Werden Tavares, Operação Cajueiro – Um Carnaval de Torturas (2015)⁴, mostra os testemunhos de dez pessoas que vivenciaram o terror dos porões da ditadura: Antônio Góis, Carlos Alberto Menezes, Delmo Naziazeno, Jackson Barreto, Laerte Fraga, Leila Lima, Milton Alves, Milton Coelho, Rosalvo Alexandre e Wellington Manguera, eles narraram que sofreram traumas físicos e psicológicos. Os depoentes demonstraram a sua insatisfação em relação a não punição dos seus agressores e alguns citam, a relevância de se estabelecer uma Comissão da Verdade no Estado de Sergipe, para que a sociedade fique sabendo que existiu torturas e repressões em Sergipe (DIAS, ROGÉRIO & TAVARES, 2016).

Nessa pesquisa a história oral foi fundamental para pensarmos as repercussões dos trabalhos da CEV/SE no interior do estado, principalmente no campo educacional. A metodologia consistiu em realizar uma pesquisa a respeito dessa temática entre os estudantes de uma turma do 3º ano do ensino médio do Colégio Estadual Hélio Wanderley Sobral, situado na Rua Pref. Francisco Sobral Garcez, nº28, bairro centro, em Itaporanga d'Ajuda, Sergipe. A escolha de uma turma do último ano da educação básica foi pelo motivo de que se pressupõe que os estudantes já tenham visto quase todo o conteúdo de história. E assim, por intermédio de um questionário padronizado sobre a temática da Ditadura civil-militar e da Operação Cajueiro, buscamos verificar o quanto os discentes sabem sobre os temas enunciados.

⁴ DIAS, Vaneide, ROGÉRIO, Fábio & TAVARES, Werden. “Operação Cajueiro – Um Carnaval de Torturas, Canal do Youtube: Operação Cajueiro, Sergipe, 4 de janeiro 2015. https://www.youtube.com/watch?v=pAT_U-IEyZw Acesso em 29/01/2023

Com os questionários prontos e analisados, ministramos uma aula sobre a temática, através de slides e da visualização do relatório final da CEV, na finalidade dos estudantes aprofundarem seus conhecimentos referentes ao período militar em Sergipe e, principalmente, sobre o ato mais repressivo do 28º BC que ocorreu no estado, que foi a prisão de vários militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), em 1976. Sabe-se que o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), interesse principal dos estudantes no ensino médio, foca mais nos assuntos históricos universais ou nacionais e acaba deixando de lado alguns episódios particulares do estado de Sergipe. Após os alunos assistirem a aula, iniciamos uma roda de discussão para que os discentes pudessem explicar suas opiniões a respeito da temática abordada, de modo que como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) pontua:

(...) contribui para a formação de jovens críticos e autônomos, entendendo a crítica como a compreensão informada dos fenômenos naturais e culturais, e a autonomia como a capacidade de tomar decisões fundamentadas e responsáveis (BNCC, p.463)

Esta pesquisadora-mentora incentivou a participação dos alunos na roda de conversa, para que eles desenvolvessem mais ainda sua visão crítica e que a sua consciência histórica pudesse ser ampliada. De maneira que eles ocupassem o centro das ações educativas e o conhecimento fosse construído de forma colaborativa (DIESEL, BALDEZ & MARTINS, 2017, p. 271).

Para encerrar essa atividade, cada discente fez a sua avaliação da mesma, com o propósito de examinar o que eles aprenderam, que resultou no desenvolvimento de um relatório a respeito do que foi abordado em sala. Nele, os estudantes anotaram suas impressões pessoais a respeito da repressão experimentada no território sergipano, pois como diz Elizabeth Jelin (2016, p. 237), vamos “lembrar para não repetir”, reunindo relatos do que aconteceu e transmiti-lo a um maior número de pessoas, isto é possivelmente um antídoto para prevenir a violência e horrores futuros.

Em síntese, a pesquisa desenvolvida aqui, tem como objetivo principal realizar um levantamento a respeito do que os discentes sabem sobre a ditadura militar e a repressão vivenciada no estado sergipano; em especial, referente à Operação Cajueiro, dos discentes do 3º ano do Ensino Médio. Esse projeto também é uma derivação do PIBIC-COPES (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica) em que participei na Universidade Federal de Sergipe, juntamente com o Professor Dr. Fernando Sá, intitulada “Comissão Estadual da Verdade Paulo Barbosa de Araújo” (2015-2020): O direito à memória e os impasses na

democracia brasileira”, que tinha como objetivo discutir, a partir dos trabalhos da Comissão Estadual da Verdade “Paulo Barbosa de Araújo”, as políticas de memória e dos usos do passado no contexto da história recente de Sergipe, centrando-se na construção da narrativa histórica presente no relatório final.

2. O ato mais repressivo do estado sergipano durante a ditadura civil-militar: Operação Cajueiro

No ano de 1964, a liberdade da população brasileira foi sancionada, por intermédio da instauração do golpe civil-militar, essa remoção de diversos Direitos Humanos foi sentida em todo território brasileiro, apesar da concentração dos atos repressivos ter sido na região Sudeste, as outras áreas do país não escaparam das ações repressoras. No estado de Sergipe, apesar de ser desconhecida por parte da população, existiu resistência, torturas, perseguições, de forma que Afonso Nascimento (2020, p. 20) afirma que em Sergipe existiram três importantes momentos repressivos no estado: 1964, 1968 e 1976. Essa última data é a que iremos trabalhar mais profundamente.

Começando pelo ano de 1964 quando em Sergipe o então governador Seixas Dória foi deposto do cargo, colocando como executor da região o vice-governador Celso de Carvalho. E através do pretexto de atividades subversivas os militares prenderam e indiciaram sindicalistas, intelectuais, estudantes secundaristas, universitários, políticos entre outros, além de fazerem o levantamento de nomes de “subversivos” no serviço público para processar as exonerações (NASCIMENTO, 2020, p.259). Todos esses acontecimentos ocorreram com um só propósito: silenciar aqueles que eram contrários ao regime militar, mesmo assim parte da população resistia. Então, como uma forma maior de controle, foi instaurado o AI-5⁵, ato mais repressivo da ditadura civil-militar, que tinha como objetivo dar maior poder ao presidente do país, na época o general Costa e Silva, o qual poderia decretar intervenção nos Estados e Municípios e também escolher os seus interventores - no estado sergipano os militares indicavam "interventores ou ‘governadores’ obedientes e, na Assembleia Legislativa, contavam com a fidelidade incontestável da maioria parlamentar arenista eleita pelo voto popular” (NASCIMENTO, 2020, p.261). Dentre as ações do AI-5, podemos citar a suspensão dos Direitos Políticos e do Habeas Corpus no caso de crimes políticos, logo censurando a liberdade do povo brasileiro.

⁵ Ato Institucional N°5, De Dezembro de 1968 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm
Acesso em: 07/04/2023

Com o ato institucional nº 5 se iniciou os “anos de chumbos”, que marcaram o período mais violento do regime. Afonso Nascimento (2020, p. 261) expressa que em Sergipe não ocorreu os “anos de chumbos”, contudo não podemos dizer que não houve no estado nenhuma ação repressiva e a prova deste fato é a Operação Cajueiro, a qual ocorreu em um momento de distensão do regime.

No ano de 1974, o general Ernesto Geisel tomou posse na presidência da República e nessa época havia a ideia de levar o Regime Militar para o final, de forma “lenta, gradual e segura”. Ademais, foi a partir do governo de Geisel que a frente oposicionista do MDB (Movimento Democrático Brasileiro) começou a ganhar mais voz nas eleições, identificando “uma lenta descompressão do clima político” (DANTAS, 2004, pp.181).

Nesse momento os jornais sergipanos, como A Gazeta de Sergipe e O Jornal da Cidade, abriram mais espaço para a oposição, além disso, ela conseguiu eleger para a Assembleia Legislativa mais deputados estaduais críticos, pois antes era composta somente por congressistas da ARENA (Aliança Renovadora Nacional) (DANTAS, 2004, p.166). E foi durante esse momento de certo afrouxamento do regime, que em 1976, no governo de José Rollemberg Leite - o qual Orlando Dantas o caracterizou como um homem discreto e conciliador - que ocorreu a ação mais repressiva do estado, o mesmo era filiado ao partido de apoio aos militares, a Arena. Esse mesmo governador estava no comando de Sergipe quando, em 1947, o PCB (Partido Comunista Brasileiro) foi colocado na ilegalidade⁶, marcando o desvio autoritário no estado, quando o militante comunista Anísio Dário⁷ foi morto pelas Forças Policiais de Sergipe em uma manifestação contra a cassação do partido.

A Operação Cajueiro, que através do seu nome faz referência a capital sergipana Aracaju, transcorreu às vésperas do carnaval de 1976, no dia 20 de fevereiro, iniciaram-se as prisões arbitrárias. A CEV/SE explana sobre essa ação que tinha como objetivo “apurar atividades subversivas no estado de Sergipe” (ASV/ACE 3802/82, 1\2, fls.03, apud CEV/SE, 2020, p.190). As pessoas alvos dessa operação possuíam supostamente ligação com PCB (Partido Comunista Brasileiro), contudo membros do MDB (Movimento Brasileiro Democrático), principalmente da Ala jovens, foram também investigados (CEV/SE, 2020,

⁶ Em maio de 1947, o PCB (Partido Comunista Brasileiro) teve seu registro cancelado sobre o argumento que havia irregularidades no estatuto do partido. Justiça Eleitoral <https://www.tse.jus.br/jurisprudencia/julgados-historicos/cancelamento-de-registro-do-partido-comunista-brasileiro> Acesso: 15/04/2023

⁷ Foi um sergipano, operário da construção civil, sindicalista, morador de Aracaju, morto pela ação repressiva articulada pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Sergipe (SSP/SE), em 29 de novembro de 1947. Nesta data, acontecia entre a Rua João Pessoa e a Praça Fausto Cardoso uma manifestação contra o Poder Judiciário, que dissolveu arbitrariamente o Partido Comunista (CEV/SE, 2020, p. 101)

p.190).

Essa ofensiva se caracterizou a partir das eleições de 1974, onde o partido da oposição MDB conseguiu ganhar força legislativa, os militares acreditavam que o PCB estava se erguendo politicamente, reorganizando os quadros políticos e se infiltrando no MDB, tendo em vista que desde 1947 o Partido Comunista estava na ilegalidade. Com a derrota dos militantes da esquerda na luta armada, o PCB passou a ser a maior ameaça para o regime na condução da transição de governo. E como forma de desarticulação, operações foram desencadeadas, a exemplo da Operação Acarajé, na Bahia, e a Cajueiro, em Sergipe.

Sobre o comando do General Adyr Fiúza de Castro, da 6º Região Militar, a Operação Cajueiro transcorreu de forma violenta, diferente das prisões ocorridas antes no Estado, uma vez que as famílias tinham acesso ao preso e por ser uma cidade relativamente pequena todo mundo sabia quem era parente de quem, "esse fato pode ter ajudado a impedir uma ação repressiva mais dura" (CEV/SE, 2020, p. 193). Entretanto, a Cajueiro foi diferenciada, de modo que os agentes repressores que participaram não eram sergipanos, o então comandante do 28º BC (Batalhão de Caçadores) foi afastado, como também parte dos oficiais locais, ficando apenas pessoas de confiança do General Fiúza. Os indivíduos reconhecidos pelos presos foram o "Capitão Moraes, Major Ribeiro e o Recruta Barros, seu motorista, que estavam a serviço durante a operação, outro identificados foram os médicos José Carlos Pinheiro e os oficiais médicos Williams de Oliveira Menezes e Sálvio Mendonça, que estavam encarregados de assegurar a saúde dos detentos". (CEV/SE, 2020, p.195-196).

Na ação um total de 24 suspeitos foram sequestrados, por militares à paisana, sem mandado de prisão. Todos foram levados a garagem do 28ºBC, ficando incomunicáveis com seus familiares, durante o período da prisão sofreram as mais diversas torturas físicas e psicológicas, os depoentes retrataram as agressões nas audiências públicas, realizada pela CEV/SE, que "sofreram chutes nos testículos e pernas, tapas; "telefones"139; pancadas na cabeça; "murros nos rins, sessões de afogamento e eletrochoques — estes nas partes sensíveis do corpo como língua, orelhas e partes íntimas". (CEV/SE, 2020, p.199) Um dos presos, Milton Coelho, perdeu a visão por conta da borracha que colocaram para vendar os detidos. Essa operação durou, para alguns, 5 dias após a prisão arbitrária, já para outros, que tiveram a prisão preventiva decretada, como foi o caso de Marcélio Bomfim, Milton Coelho, Carivaldo Lima e Jackson de Sá, durou quase 2 meses, em que foram julgados e processados (DANTAS, 2004, p.183). Além das 24 pessoas presas, 19 foram denunciadas ou processadas criminalmente e mais 5 foram investigadas.

Essa ação transcorreu na véspera de carnaval quando a população estava na euforia do

folião, sendo assim o momento perfeito para prender e torturar os militantes. A imprensa sergipana ficou calada diante das prisões, apesar dos jornais do estado terem mais espaço para dar voz a oposição, ou falar sobre as perseguições, eles continuaram de olhos vendados, sendo preciso que os jornalistas Milton Alves, Paulo Barbosa de Araújo e José Montalvão enviassem “ as primeiras notícias para o Jornal da Bahia, o Estado de São Paulo, O Globo e o Jornal do Brasil” (CRUZ, 2012, p.413), para que os brasileiros tivessem ciência do que acontecia em Sergipe.

Através do depoimento do Milton Alves, concedido à CEV/SE, ele fala que as informações referentes às prisões chegaram até os jornalistas no dia 22/02/1976, dois dias após o início da operação, por intermédio dos familiares que não sabiam onde seus parentes estavam e foi a partir desse momento que eles começaram a se mobilizar. No dia 23, ele e Barbosa já encaminharam as primeiras notícias para as redações dos jornais fora do estado, sendo publicadas no dia 24, enquanto que os jornais sergipanos passaram a publicizar as detenções apenas no dia 29/02 (CEV/SE, 2020, p. 208-209). A atitude desses jornalistas foi primordial, pois exigiu-se “uma resposta dos militares ao público acerca dos paradeiros dos sequestrados” (CEV/SE, 2020, p. 57), o que fez com que eles instaurassem um inquérito e depois o processo criminal, o qual tornou difícilimo desaparecer com alguém.

A operação foi considerada terminada em 4 de março do mesmo ano, apesar de terem sido processados, todos foram absolvidos pela Justiça Militar que reconheceu que as provas do processo obtinham vícios insanáveis em suas origens.

3. A história da Comissão Estadual da Verdade – jornalista Paulo Barbosa de Araújo

As discussões referentes à implantação da Comissão da Verdade em Sergipe se iniciaram ainda em 2012, quando foi instaurada a CNV, destacando os esforços da deputada Ana Lúcia Vieira Menezes e Luiz Eduardo Oliva, secretário de Direitos Humanos na época, porém não foi consolidada sua instalação naquele ano. Mas, essa mobilização foi importante para que a sociedade pressionasse o governo para a instituição da comissão sergipana. Ficou a cargo de Antônio Bittencourt, filho de um ex-presos político, dar continuidade na articulação para a criação e implementação da CEV/SE, de modo que a se concretizar em 7 de julho de 2015.

A CEV/SE tem o objetivo de efetivar o direito à memória e à verdade histórica, principalmente referente às graves violações de direitos humanos transcorridas em Sergipe ou

que tenham atingidos sergipanos. Suas atividades começaram no ano de 2016 se encerrando em agosto de 2019. Os objetivos da CEV/SE foram descritos no Artº.3 do Decreto 30.030, de 26 de junho de 2015, possuindo como pontos principais:

I- Esclarecer os fatos e as circunstâncias dos casos de graves violações de Direitos Humanos; II- Promover o esclarecimento circunstanciado dos casos de perseguição política, prisões arbitrárias torturas, mortes e/ou assassinatos, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres e sua autoria, ocorridos no território do Estado de Sergipe, ou contra sergipanos, ainda que ocorridos fora do Estado; III- Identificar e tornar públicas as estruturas, os locais, as instituições do Estado de Sergipe e as circunstâncias relacionadas à prática de violações de Direitos Humanos; IV- Encaminhar aos órgãos públicos competentes toda e qualquer informação obtida que possa auxiliar na localização e na identificação de corpos e restos mortais de desaparecidos políticos; V- Colaborar com todas as instâncias do poder público para a apuração de violações de Direitos Humanos; VI- Recomendar a adoção de medidas e políticas públicas para prevenir violação de Direitos Humanos, assegurar a sua não repetição e promover a efetiva reconciliação Estadual e Nacional; VII- Promover, com base nos informes obtidos, a reconstrução da história nos casos de graves violações de Direitos Humanos, bem como, colaborar para que seja prestada assistência às vítimas e familiares, de tais violações; VIII- Estabelecer medidas necessárias à guarda e conservação da documentação e registros históricos coligados ao longo do trabalho(CEV/SE, 2020, p.36-37).

Ainda no Artº.4 veio descrito os meios que a CEV/SE poderia utilizar para alcançar esses objetivos como:

I- Receber testemunhos, informações, dados e documentos, assegurada a não identificação do detentor ou dependente, quando solicitado; II- Requisitar informações, dados e documentos de órgãos e entidades do poder público estadual, ainda que classificados em qualquer grau de sigilo; III- Convocar para entrevista e testemunho, pessoas que possam guardar qualquer relação com os fatos e circunstâncias examinados; IV- Determinar a realização de perícias e diligências para a coleta ou recuperação de informações, documentos e dados; V- Promover audiências públicas; VI- Requisitar proteção aos órgãos públicos para qualquer pessoa que se encontre em situação de ameaça em razão de sua colaboração com a CEV/SE; VII- Promover parcerias com órgãos e entidades, públicos ou privados, nacionais ou internacionais, para o intercâmbio de informações, dados e documentos; VIII- Requisitar o auxílio de entidades e órgãos públicos, no âmbito do Poder Executivo Estadual, especialmente das Polícias Civil e Militar; IX- Buscar

articulação com outros poderes e instituições autônomas do Estado para a condução de seus trabalhos; X- Realizar os devidos encaminhamentos do resultado obtido. (CEV/SE, 2021, p.37)

A partir desses artigos os membros da Comissão puderam desenvolver seus trabalhos, firmando parcerias com o Arquivo Nacional/Memórias Reveladas, o Superior Tribunal Militar (STM), Tribunal de Justiça de Sergipe (TJ/SE), Arquivo Público Estadual de Sergipe (APES) que ajudou na coleta de documentos que serviram de base para identificar nomes de pessoas relacionada ao tempo que abrange a CEV/SE, de 1946 - 1988. O Exército Brasileiro não atendeu aos pedidos dos componentes da Comissão e não enviou o que foi requerido. Além de firmar parceria com a Empresa Sergipana de Tecnologia da Informação (Emgetis) que concedeu o armazenamento direto dos documentos coletados e digitalizados pela CEV em espaço virtual seguro da empresa. Em 2018 assinou o Termo de Concepção Técnica com Empresa de Serviço Gráficos de Sergipe (Segrase) que proporcionou a editoração e publicação do relatório final da CEV/SE, a Comissão estendeu parceira com a Universidade Federal de Sergipe para que o acervo da CEV fosse replicado na instituição. (CEV/SE, 2020, p. 49-50)

Em seu trabalho, a CEV/SE colheu 46 testemunhos e destes dois transcorreram de forma privada: o da Zelita Correia e o do ex-ministro do STF Carlos Ayres Britto. Dos convidados a prestarem depoimento à Comissão, três não quiseram comparecer, sendo eles: Antônio José de Góis, Luiz Mário Santos Silva e José Carlos Pinheiro, esse último foi chamado duas vezes, mas não atendeu ao pedido dos membros da CEV em nenhuma das vezes, ele foi citado por outros depoentes como um agente que atuava junto com a repressão.

Através do relatório final da CEV/SE, é possível notar que há um resgate de histórias e memórias coletivas, e de certa forma pessoal, de diversos indivíduos que, ao longo dos anos, foram silenciados pela história oficial, como é o caso da Operação Cajueiro. Cada discussão é fundamentada pelos documentos encontrados pelos membros da CEV e pelos testemunhos que as vítimas concederam. Vale lembrar que, como em outras Comissões Estaduais, os militares, agentes da repressão, não aceitaram participar da CEV/SE.

Apesar de todos os avanços que ocorreram no Brasil, como a criação de comissões, reparações simbólicas, entre outras, algumas pessoas chegaram a pedir a volta da ditadura, o lançamento de um novo AI-5 e homenagens aos torturadores. Tudo isso após as manifestações oposicionistas ao governo de Dilma Rousseff (2011-2016), com acusações de corrupção e de desastre econômico. Elas ficaram conhecidas como jornadas de 2013, como

registradas no documentário “Democracia em Vertigem”⁸, de Petra Costa, que retrata parte do movimento de “Vem pra rua”⁹.

O processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, em 2016, impactou muito na efetivação da proposta de colocar em prática as 29 recomendações da CNV. Elas intencionaram prevenir graves violações aos direitos humanos e promover o aprofundamento do Estado democrático através de algumas medidas, como a troca dos nomes dos torturadores das instituições ou lugares públicos e a divulgação, principalmente nas escolas, das atrocidades do período militar.

Esse retrocesso se materializou nas eleições de outubro de 2018, quando o então deputado federal Jair Bolsonaro, filiado ao Partido Social Liberal (PSL), crítico da implantação dessa comissão e um importante defensor da ideia da Lei da Anistia como um “pacto da sociedade”, ganhou as eleições para a presidência do Brasil. Essas eleições comprovaram o fortalecimento da extrema direita, uma vez que foram eleitos diversos deputados federais, estaduais, senadores e governadores, muitos dos quais desqualificaram a memória crítica da ditadura, ou até mesmo chegaram a dizer que “não houve ditadura”. Lara Zacchi (2019) registrou a ascensão da extrema direita na eleição para governador no Estado de Santa Catarina nesse período. A partir daí predominou e ampliou a defesa da memória do esquecimento, o pacto do silêncio e a impunidade dos torturadores. Ela ainda pontua que existe uma continuidade das práticas repressivas e da violência no tempo presente, expressas de maneiras diferentes, seja no fortalecimento do aparato militar da polícia, nos contínuos atos de violência do Estado brasileiro, no uso de violências baseadas na humilhação, opressão e tortura, como forma de controle dos corpos. Esse controle social e político encontra-se presente nos discursos conservadores e de extrema direita existentes na política dos últimos anos, que propagaram uma cultura do ódio, por meio de *fake news* (ZACCHI, 2019: p. 02). Foi nessas circunstâncias históricas conturbadas que o relatório final da Comissão Estadual de Sergipe foi divulgado, para lembrar à população da existência de um movimento de resistência à política repressiva em Sergipe.

A ausência de uma política de memória no estado coloca diversos personagens que sofreram perseguições e torturas em um completo ocultamento. De modo que, se fossem feitas algumas perguntas referente a onda repressiva no estado de Sergipe entre alunos do

⁸ Costa, Petra. *Democracia em Vertigem*. 2019, Netflix.

<https://www.youtube.com/watch?v=vwZ5m10y1rQ> Acesso: 07/04/2023.

⁹ Esse movimento alegava defender o combate à corrupção e demonstrava pleno apoio à Operação Lava Jato em suas ações. Eles tinham como principal alvo em suas manifestações a presidente da época Dilma Rousseff e o Partido dos Trabalhadores (PT), os quais eram contrários a ambos.

ensino médio, muitos deles não saberiam dizer o nome de algum preso político ou falar da Operação Cajueiro, ou seja, diversos alunos do ensino médio que irão brevemente para a faculdade não conhecem direito a história do seu estado, nem como as pessoas sofreram no período de 1964 a 1988. Outrossim, a população pensa que esses acontecimentos ocorreram apenas no Sudeste-Sul, no entanto, como já comentamos nesse artigo, a apresentação final da CNV desmitifica essa ideia afirmando através de dados e documentos que no Nordeste houve, sim, repressão.

Então, mostra-se fundamental a exposição desses fatos para os alunos do Ensino Médio, uma vez que agora há um documento oficial produzido pela CEV/SE, o qual traz os acontecimentos desse período escuro do Brasil, para assim tentar erradicar o discurso negacionista a respeito das atrocidades da ditadura, que se disseminou no contexto político do presente. Lembrar esses eventos possui um significado de reunir relatos do que aconteceu e transmiti-lo, assim servindo como um antídoto para prevenir a violência e horrores futuros, além disso o “lembrar-se” está amplamente ligado à profissão histórica, porquanto o mesmo tem responsabilidade com o coletivo, investigando o passado em sua totalidade para obter uma historiografia confiável, que coopere com o fortalecimento de uma sociedade democrática, tendo seus resultados, de uma forma temporária, testados, rejeitando os mitos históricos por uma interpretação historicamente mais verdadeira.

E é preciso reconhecer o papel primordial do professor, em dialogar com seus alunos e com a comunidade escolar, no processo de trazer para dentro da sala de aula as informações que consta nesse relatório, com a finalidade de submetê-lo à discussão, assim como reinventar novas formas de publicizá-lo, de maneira a constituir a consciência histórica. (ROVAI, 2019, p. 99)

Entre os avanços apresentados pelo Relatório Final da CEV/SE existe a identificação dos “Lugares de Memória”, os quais são espaços físicos que dão suporte na formação de uma memória coletiva, sob a inspiração das ideias de Pierre Nora. Segundo ele, “a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto”, partindo desse pressuposto o pensamento de “Lugar de Memória” vem da necessidade de identificação do indivíduo contemporâneo, dele visualizar a história, a memória de um grupo, e se sentir parte daquela memória-história (ARÉVALO, 2004, p.1). A identificação e marcação destes locais vem como forma de homenagem e esclarecimento histórico sobre períodos autoritários sendo uma importante estratégia na disputa pela memória coletiva (CEV/SE, 2020, p. 282).

Por intermédio dos testemunhos e das documentações acessadas pelo CEV, foi feita uma listagem desses lugares que marcaram a época de repressão em Sergipe. Esse tipo de

política de memória se relaciona com a transmissão para as gerações futuras do que aconteceu naquele local, como museus, arquivos ou marcos territoriais, cooperando para o reforço da democracia, uma vez que ao visitar o local a pessoa tem o sentimento de pertencimento. Em algumas regiões do país e também em outros países, como a Argentina, existiu o mapeamento desses locais.

A partir deste assunto também entra em pauta a pedagogia da memória, ligada à história recente, conforme Gabriel Jaime Murillo Arango (2017) aborda, que ocupa o seu lugar nas práticas de ensinar as dimensões de análise da diversidade e cidadania, memória e história, vítimas e testemunhos que nos leva a repensar desde as raízes das condições atuais, na restituição da dignidade da memória das vítimas. E, através dessa pedagogia da memória nas salas de aulas, o fluxo incessante de narrativas testemunhais acompanha os caminhos de identificação pessoal típicos de qualquer processo de treinamento, em que aquele ser caracteriza o curso da existência humana.

A implementação dessa metodologia é muito utilizada na Argentina, como a Jelin (2016) pontua que naquele país existe um envolvimento dos estudantes em buscar mais sobre os acontecimentos daquele período, fazendo com que os alunos adentrem mais na temática da democracia, pois eles começam a se identificar com aquele determinado acontecimento (pp.237-238). Ao contrário do Brasil, em que esse assunto é pouco discutido em sala de aula, muitos ainda desconhecem a história da repressão em Sergipe. Essa implementação da pedagogia da memória é uma das sugestões da CEV/SE, para desenvolver ações pedagógicas voltadas à memória.

Das recomendações presentes no Relatório Final da CEV/SE, elas foram apresentadas em três eixos: I - Medidas e Reformas Institucionais e Legislativas; II- Políticas Públicas de Memória e De Educação em Direitos Humanos e III- Medidas de Seguimento das Ações da Comissão Estadual Paulo Barbosa de Araújo.

Vimos também que a CEV/SE traz consigo um material muito rico em informações, referente ao período sergipano dos anos de 1964-1976 e também o curta-metragem *Operação Cajueiro – Um Carnaval de Torturas*, os quais ajudam a preencher o “espaço em branco” na cabeça de diversos sergipanos, tendo em vista que quase nunca a temática da repressão no estado é ensinada em sala de aula, o que faz com que a população não conheça a história da própria localidade. E ainda podemos perceber que o relato final da CEV/SE é bastante didático, pois traz documentos, imagens e possui um visual estético que chama a atenção de quem lê. De forma que, isso auxilia para que o mesmo seja implantado nas escolas, com intuito de desenvolver uma consciência histórica dos alunos, com a finalidade que pedidos de

retorno da ditadura possam perder sua força. Além disso, a condecoração dos “Lugares de memória” ajudará a população a enxergar os atos repressivos com maior proximidade e realidade, em especial auxiliará o docente na construção de uma sociedade mais ciente, visto que é possível levar o aluno a esse lugar e ensinar o que ocorreu naquela área, ajudando assim a fixar os acontecimentos na mente deles.

Então, percebe-se uma preocupação da comissão em passar essas informações a toda a população sergipana, em especial na educação básica, nas escolas para que os discentes pudessem aprender mais sobre os momentos repressivos no estado durante a ditadura.

4. O Conhecimento histórico dos estudantes da educação básica sobre os atos repressivos em Sergipe: Operação Cajueiro

Os membros da CEV/SE tiveram uma estratégia de dar ampla divulgação a comissão participando sempre de eventos acadêmicos fora e dentro do estado, exposições, porém faltou uma disseminação mais abrangente nos colégios sergipanos, especialmente no colégio Ateneu - que era um dos focos de resistência durante a ditadura civil-militar - tendo em vista que os alunos são o futuro da nação e é de fundamental importância a publicização desses eventos para o fortalecimento da consciência histórica do aluno. A qual se alinha a uma das competências da BNCC que valoriza a utilização dos conhecimentos históricos para colaborar na construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. A BNCC reconhece que “a educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa”. (BRASIL, 2013, apud BRASIL, 2018, p. 6).

Pensando a respeito do conhecimento histórico dos estudantes sobre a Operação Cajueiro e na lacuna que existe na mente do discente referente aos momentos repressivos do estado, durante a ditadura civil-militar, que essa pesquisa foi desenvolvida. Na finalidade de fazer um levantamento sobre o que os alunos saberiam referente ao regime militar em Sergipe. Para isso, foi feita uma pesquisa entre os estudantes do 3º ano do ensino médio, do Colégio Estadual Hélio Wanderley Sobral Carvalho, situado no município de Itaporanga D’Ajuda, que possui uma população estimada de 35.054 habitantes¹⁰, segundo IBGE. Nessa escola, auxiliei a professora de História Fabiana Bezerra durante um ano, através do PROLICE (Projeto Licenciados/as na Escola) da Universidade Federal de Sergipe. Ao

¹⁰ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010.
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/itaporanga-dajuda/panorama> Acesso: 08/04/2023.

decorrer do tempo, percebi que os discentes tinham pouco conhecimento sobre a ditadura no estado, uma vez que na Base Comum Curricular (BNCC) de História o foco maior ao longo do ensino médio é referente às temáticas mais gerais por causa do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), fazendo com que eventos importantes para o estado sejam deixados mais de lado.

A escolha da turma do 3º ano se dá por eles já terem visto quase todo conteúdo programático indicado para a educação básica, assim teriam um maior conhecimento sobre a história geral e do Brasil. Desse modo, com o intuito de verificar o quanto os alunos sabiam sobre os atos repressivos que ocorreram em Sergipe, em especial referente à Operação Cajueiro, foi passado um questionário para que os alunos pudessem expressar o que eles sabiam a respeito desses eventos. Ao total foram feitas nove perguntas aos discentes.

ROTEIRO DA ENTREVISTA REALIZADA PELA AUTORA:

1. Você já ouviu falar em ditadura militar?
2. Como você define a ditadura militar ocorrida no Brasil?
3. Você acredita que existiu torturas durante a ditadura?
4. Você acha que no estado de Sergipe existiu atos repressivos, como torturas?
5. Você já ouviu falar sobre a Comissão da Verdade Nacional? Se sim, através de quem?
6. Já ouviu falar sobre a Comissão da Verdade sergipana? Se sim, através de quem? Fale sobre ela.
7. Já ouviu falar sobre a Operação Cajueiro? Se sim, através de quem?
8. O que você acha que foi a Operação Cajueiro?
9. Antônio Góis, Carlos Alberto Menezes, Delmo Naziazeno, Jackson Barreto, Laete Fraga, Leila Lima, Milton Alves, Milton Coelho, Rosalvo Alexandre e Wellington Manguiera destes nomes, qual você já ouviu falar? E como você ouviu? E se sim, poderia falar sobre ele(s)?

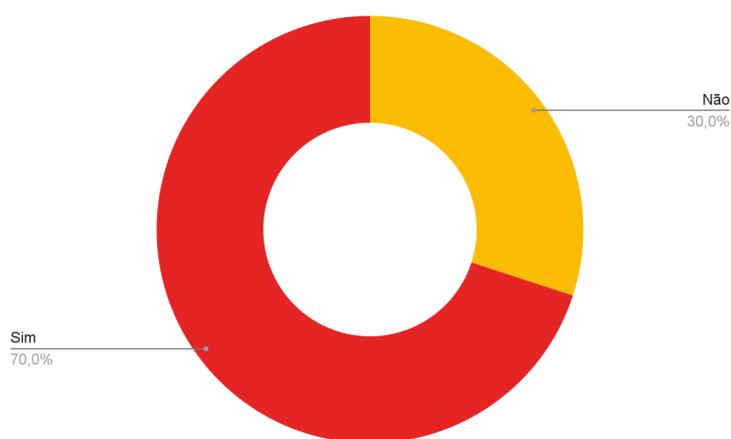
Esse levantamento foi realizado nos dias 13 e 20 de março de 2023, com 20 estudantes do 3º ano do ensino médio, o qual 15 eram do sexo feminino e 5 do sexo masculino e suas idades variavam entre 17, 16 e 18 anos, tendo apenas um discente com uma idade mais avançada de 19 anos.

Ao entrar em sala de aula e falar a eles sobre o tema da pesquisa um dos alunos, identificado como Fernando Costa demonstrou bastante interesse a respeito da temática, ele

levantou uma questão pertinente sobre a falta da história de Sergipe nas escolas, citando o acontecimento da Segunda Guerra Mundial, quando o navio de carga denominado Baependi foi torpedeado por um submarino alemão U-507 perto da costa sergipana, sendo um estopim para que o Brasil saísse da neutralidade e se aliasse ao Eixo. De acordo com o discente ” Se eu não tivesse pesquisado sobre o assunto, nunca saberia disso” (COSTA, 2023), mostrando assim uma falta de disseminação nas escolas da história de Sergipe.

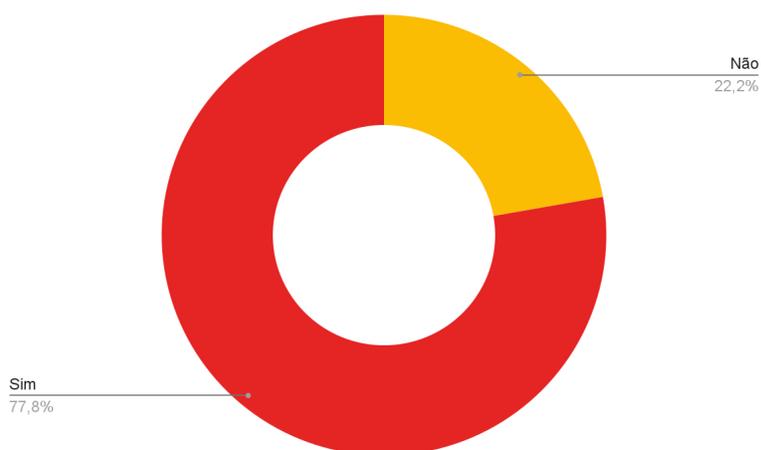
Para fazer a análise das respostas dos alunos foi feito gráficos que mostraram:

Gráfico 1: Alunos que ouviram falar sobre a ditadura civil-militar



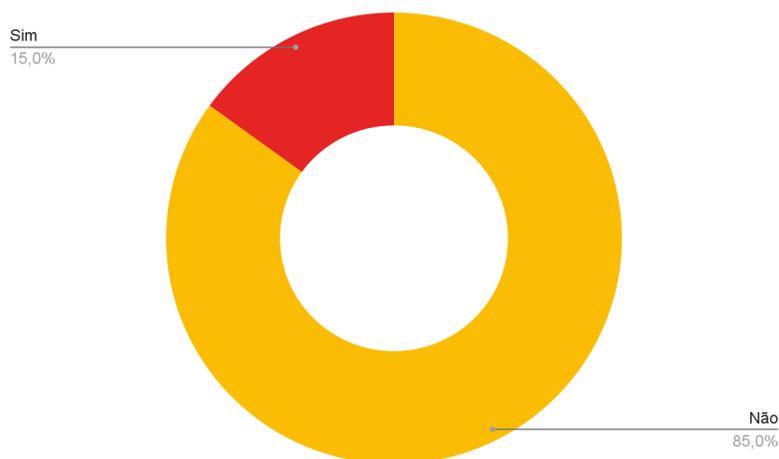
Fonte: Dados do autor

Gráfico 2: Alunos que achavam que houve torturas no regime militar e ato repressivos em Sergipe



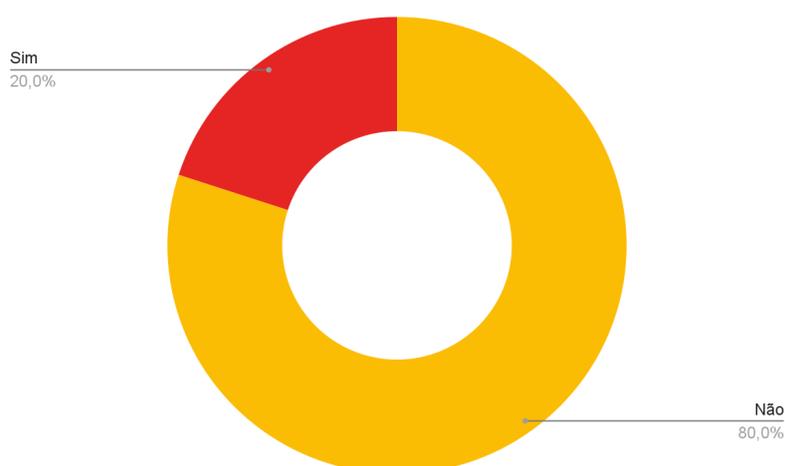
Fonte: Dados do autor

Gráfico 3: Alunos que já ouviram falar da CEV/SE



Fonte: Dados do autor

Gráfico 4: Discentes que já ouviram falar da Operação Cajueiro



Fonte: Dados do autor

Percebe-se assim, que os alunos têm pouco conhecimento a respeito da ditadura civil-militar no estado, daqueles que ouviram falar sobre a CEV/SE, um foi através da internet e outro na escola, a mesma coisa na pergunta sobre a CNV, os cinco alunos que disseram que já tinha ouvido falar sobre ela tinham escutado por meio da televisão, mostrando que falta uma maior disseminação desses conteúdos traumáticos nos colégios. De modo que, “A percepção de que existe uma grande diversidade de sujeitos e histórias estimula o pensamento crítico, a autonomia e a formação para a cidadania“ (BRASIL, 2018, p.400).

Algo que chama atenção é o fato de 70% dos discentes já terem ouvido falar sobre a

ditadura civil-militar, contudo apenas 8 dos 20 souberam realmente definir a ditadura, outros falaram que “não sabiam definir, mas que já tinham escutado sobre ela”, e outros dois alunos confundiram a ditadura com a escravidão ao explicar o regime como “Atos de torturas e obrigações de atividades” e “Torturas a homens negros, ou quando não seguiam as regras”. Vale ressaltar que, segundo a BNCC, no 9º ano do ensino fundamental na Unidade Temática: Modernização, ditadura civil-militar e redemocratização: o Brasil após 1988. É prevista como habilidades, conforme elenca a Base Curricular, o desenvolvimento com os alunos da identificação e compreensão do processo que resultou na ditadura civil-militar, além de discutir questões relacionadas à memória e à justiça sobre os casos de violação dos direitos humanos.

Já em relação ao questionamento do que eles achavam que teria sido a Operação Cajueiro, por muitos nunca terem ouvido falar, também não souberam explicar o que poderia ter acontecido nessa ação. Dois estudantes definiram a Operação Cajueiro como "uma operação para acabar com a ditadura", enquanto que seis discentes disseram que estaria ligada com o regime militar. Tendo apenas uma aluna que disse: “Algo que ocorreu durante a ditadura militar em Sergipe”. Chegando, podemos assim dizer, mais próximo de uma resposta.

Na última pergunta, ao questionar os discentes a respeito dos nomes das pessoas que foram sequestradas na operação, 17 dos 20 estudantes ouviram falar de alguns daqueles nomes, sendo o mais citado o de Jackson Barreto, das 17 vezes 16 declararam ter ouvido falar sobre Barreto ao lembrar dele como ex-governador do estado, e por ter ouvido sobre ele na televisão. Outros nomes mencionados foram o de Carlos Alberto Menezes, Wellington Manguiera o qual ambos os nomes foram vistos, por meio de pesquisas na internet que o discente fez. Da mesma forma a aluna Crislaine Santos falou que conhecia o nome de “Carlos Alberto e Milton Alves por pesquisas feitas no Google” (SANTOS, 2023). Por intermédio desta última questão, percebe-se que nas escolas sergipana não se tem uma política de memória ativa, na tentativa de resgatar sujeitos importantes para a história do estado, tendo em vista que os nomes mencionados, diferentes do ex-governador, foram através de pesquisas que os discentes desenvolveram sozinhos por curiosidade.

Essa política do esquecimento é decorrente de uma história oficial que retira de cena diversas histórias de personagens importantes que marcaram a sociedade em que viviam, isso decorre também da memória hegemônica. E o historiador em seu ofício tem a responsabilidade de confrontar essa memória, questionar o papel da memória coletiva na história e na construção das identidades coletivas. Uma vez que, por meio dos exemplos do

passado, a história ensina aos homens do presente a agirem de forma melhor e com mais prudência. E como a BNCC pontua

O conhecimento histórico deve ser tratado como uma forma de pensar, entre várias; uma forma de indagar sobre as coisas do passado e do presente, de construir explicações, desvendar significados, compor e decompor interpretações, em movimento contínuo ao longo do tempo e do espaço. Enfim, trata-se de transformar a história em ferramenta a serviço de um discernimento maior sobre as experiências humanas e as sociedades em que se vive. (BRASIL, 2018, p.401)

Partindo desse pressuposto da Base Comum Curricular Brasileira em ajudar na formação da consciência histórica e crítica do aluno, para que o mesmo venha desenvolver sua autonomia de pensar. Foi projetado, após a conclusão dos questionamentos com os discentes, uma roda de discussão sobre a temática, juntamente com uma aula referente à temática do Regime de 1964 em Sergipe e os atos repressivos, pois os processos de identificação, comparação, contextualização, interpretação e análise de um objeto estimulam o pensamento. (BRASIL, 2018, p. 398)

Assim, uma semana depois dos discentes terem realizado as entrevistas, foi preparada uma aula em que trazia um panorama geral sobre a ditadura no Brasil, os principais acontecimentos para que eles pudessem assim conseguir definir e contextualizar o que foi a ditadura, de modo que “os estudantes devem identificar, em um contexto, o momento em que uma circunstância histórica é analisada e as condições específicas daquele momento” (BRASIL, 2018, p.399). Depois o foco da aula se direcionou nas atividades repressoras ocorridas em Sergipe, em especial a Operação Cajueiro.

Foram utilizados como recursos o datashow e a Comissão Estadual digital, que foi projetada em sala de aula, por ela ter documentos oficiais da época, pois “os documentos são portadores de sentido, permitindo ao sujeito formular problemas e colocar em questão a sociedade que os produziu”. (BRASIL, 2018, p. 418) Assim, foram mostradas as fotos dos presos na ação Cajueiro - arquivo da época, que a CEV/SE encontrou - na finalidade dos alunos identificarem visualmente quem eram eles e quais foram os motivos das prisões. Durante a aula os alunos ficaram bem atentos à história passada, alguns discentes falaram a respeito de como eles não sabiam que em Sergipe tinha transcorrido uma ação repressiva, uma vez que não era propagada a história do estado em sala de aula. Ademais, foi pontuado por eles sobre Sergipe ter sido resistência no período do regime, algo que muitos deles nem imaginaria. Verificando assim, como o conhecimento histórico dos alunos referente às

repressões na ditadura ainda é uma lacuna.

Para encerrar essa intervenção foi realizada uma atividade com os estudantes, em que eles teriam que desenvolver um relatório falando sobre a temática discutida em sala de aula e qual a importância de destacamos eventos repressores para a construção de uma sociedade mais democrática.

Os discentes, em sua maioria, destacaram a importância de saber mais sobre a história de Sergipe e em como essa história não é disseminada entre os estudantes, principalmente do interior do estado. Uma das alunas enfatizou que era "importante conhecer pontos desconhecidos referente à ditadura, em especial aos atos repressivos em solo sergipano, para que as ditaduras nunca mais aconteçam" (FRANÇA, 2023). Enquanto, outra aluna retratou o quanto fundamental é "Saber como aconteceu a Operação Cajueiro e como isso afetou a vida de muitos sergipanos, deixando traumas, cicatrizes, fazendo com que esse período fosse inesquecível para todos que vivenciaram essas torturas físicas e psicológicas" (SILVA, 2023). Já a discente Sara OLIVEIRA (2023) tocou no assunto das pessoas "desmerecerem e nem imaginarem que em um estado tão pequeno houvesse atos repressivos".

Ao consultar o Currículo de Sergipe¹¹ (2018) verifica-se que a história do estado começa a ser implantada em sala de aula no 8º ano do ensino fundamental, através da unidade temática: Os Processos de Independência nas Américas, onde é ensinado Sergipe no contexto do império português, já no 9º ano é elencado como uma habilidade a ser desenvolvida nos estudantes a "compreensão da deposição do governador Seixas Dória a partir da resistência ao Golpe de 64" (SERGIPE, 2018, p.427). Entretanto, apesar de estar enunciado o estudo desse fato, nem sempre é passado para os discentes, como vimos nos gráficos acima. Embora se tenha como objetivo ampliar o conhecimento do discente referente a destituição de Dória não se tem, ainda, no currículo sergipano de história o desenvolvimento da compreensão dos alunos sobre os atos repressivos e o resgate da memória de personagens importantes para o estado no período do regime militar.

Outro estudante citou a "importância de passar a história para a nova geração" (FONTES, 2023), o que traz à tona a temática de se ministrar aulas sobre o regime militar. Esse tema começou a ser mais recorrente nos anais dos Simpósios da Associação Nacional de História – ANPUH, entre o período de 2012-2015, justamente na época em que a CNV estava no período de atividade. De maneira que, antes essa temática não se concentrava muito em

¹¹ SERGIPE. Secretaria de Estado da Educação de Sergipe. **Currículo de Sergipe**. Aracaju, 2018. <https://www.seed.se.gov.br/arquivos/CURRICULO.DE.SERGIPE.v.02-Regulamentado.pdf> acesso em 20/04/2022

como transmitir as informações da ditadura civil-militar na educação básica, tendo um dos seus primeiros trabalhos com o esse enfoque apenas em 2004, quando Charleston Assis "pela primeira vez de forma explícita, teve-se uma preocupação com o ensino, as memórias e a compreensão do sentido histórico do golpe de 1964 e da ditadura que se seguiu". (KALLÁS, 2019, p.5)

Nos colégios, muitas das vezes, o período "ditatorial é lembrado pela comunidade escolar a partir de dois elementos: a violência/ ausência de liberdade de expressão e regime da ordem e da segurança" (KALLÁS, 2019, p.13). Percebe-se que os discentes, em sua maioria, definiram nesta pesquisa a ditadura como algo relacionado à violência e a falta de liberdade. Porém, com a apresentação final de CNV e os relatórios finais das CEV (s) mostraram que a ditadura de 1964 vai além de apenas uma falta de liberdade ou violências, expondo documentos das cadeias de comandos e civis participantes.

5. Considerações finais

Portanto, observa-se que os discentes sergipanos têm uma grande lacuna a respeito dos atos repressivos, principalmente sobre a Operação Cajueiro, da época da ditadura civil-militar, o que acaba ocasionando em um esquecimento de personagens importantes da resistência ao Regime de 1964 no estado. Evidenciando isso, através da pesquisa feita entre os discentes do 3º ano, na qual eles não sabiam nomes notáveis da história de Sergipe e esse fato não é só visto nos estudantes, mas também na população em geral. Nada obstante, a CEV/SE traz vários avanços como um documento oficial, além de ser um auxiliador de material didático para os docentes, fazendo com que os professores possam contar a história desse período obscuro do Brasil e do estado, através de coisas visíveis como levar os alunos aos "Lugares de Memórias", com a finalidade de que os discentes possam se sentir parte daquela história, colaborando assim para o fortalecimento da consciência histórica e para que essa história possa ser disseminada pelas escolas públicas e privadas.

5. Referências:

A) Fontes

- BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Mortos e desaparecidos políticos / Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. 275-592.

- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.
- DIAS, Vaneide, ROGÉRIO, Fábio & TAVARES, Werden. “**Operação Cajueiro – Um Carnaval de Torturas**”, Canal do Youtube: Operação Cajueiro, Sergipe, 4 de janeiro de 2015. Disponível: https://www.youtube.com/watch?v=pAT_U-IEyZw. Acesso em 29/01/2023.
- Entrevistas orais realizadas pela autora com estudantes do Ensino Médio, da Escola Estadual Hélio Wanderley Sobral Carvalho, entre os dias 13 e 20 de março de 2023, com cerca de 20 discentes.
- REGINATO, Andréa Depieri de Albuquerque e REIS, Gilson Sérgio Matos (organizadores). **Comissão Estadual da Verdade “Paulo Barbosa de Araújo” Sergipe: Relatório Final**. Aracaju. Editorial Diário Oficial do Estado de Sergipe – Edise, 2020. Disponível em: <https://segrase.se.gov.br/edise/produto/250/digital> Acesso em 29/01/2023.
- SERGIPE. **Comissão Estadual da Verdade** – jornalista Paulo Barbosa. Canal do YouTube. Disponível: https://www.youtube.com/channel/UCU9b4MDg2eTOqUv4_ImIvMw/featured. Acesso em 29/01/2023.
- SERGIPE. Secretaria de Estado da Educação de Sergipe. **Currículo de Sergipe**. Aracaju, p. 389-431, 2018. Disponível em : <https://www.seed.se.gov.br/arquivos/CURRICULO.DE.SERGIPE.v.02-Regulamentado.pdf> acesso em 20/04/2022.

B) Bibliografia

- ARANGO, Murillo Jaime Gabriel. **Pedagogía de la memoria entre la guerra y la paz**. *Revista Educação em Questão*, Natal, v.55, n.44, p.32-50, abr/jun.2017.
- ARAÚJO, Paulo Maria (org). **Ditadura militar e democracia no Brasil: história, imagem e testemunho**. Ponteio, 1º ed – Rio de Janeiro. 2013.
- ARÉVOLA, Massena da Conceição Marcia. **Lugares de memória ou a prática de preservar o invisível através do concreto**. *I Encontro Memorial do Instituto de Ciências Humanas e Sociais* - Mariana/MG, novembro de 2004.
- BAADE, Haroldo Joel. **Princípios metodológicos para trabalhos com fontes orais**. *Revista da UNIFEBE*, v.1, n.11, Brusque-SC, 2013.
- BAETS, De Antoon. **O impacto da Declaração Universal dos Direitos Humanos no estudo da História**, *História da Historiografia*, Ouro Preto- MG, número 05, setembro 2010,

p. 86-11.

CRUZ, José Vieira da. **Da autonomia à resistência democrática: movimento estudantil, ensino superior e a sociedade em Sergipe**. PPGH/UFBA, Salvador, 2012 (Tese de doutorado). pp. 187-204/407-433.

DANTAS, Ibarê. **História de Sergipe: República (1889-2000)**. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 2004, pp.167-206.

DIESEL, Aline; BALDEZ, Santos Leila Alda; MARTINS, Neumann Silvana. **Os princípios das metodologias ativas de ensino: uma abordagem teórica**. Revista Thema, 2017, Vol.14, nº1, pp. 268-288.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. **A Nova República (1985-2016) e as disputas de narrativas sobre a Lei da Anistia**. *Locus* - Revista de história, Juiz de Fora, v.25, n. 2, p.290-306, 2019.

FERREIRA, Marieta de Moraes (coord). **Entre-vistas: abordagens e usos da história oral**. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1994.

FERREIRA, Marieta de Moraes, FERNANDES, Tânia & ALBERTI, Verena (orgs.). **História oral: desafios para o século XXI**. Fiocruz/COC -CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, 2000.

GOMES, Castro de Angela (org). **História oral e historiografia: Questões sensíveis**. São Paulo. Editora Letra e Voz, 2020, 203p.

JELIN, Elizabeth. **Memoria y democracia. Una relación incierta**, *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales*, Universidad Nacional Autónoma de México Nueva Época, Año LIX, núm. 221, mayo-agosto de 2014, p. 225-242.

KALLÁS, Ana. **O ensino da história da ditadura pós-1964: professores historiadores em debate (1985 – 2015) - apontamentos parciais de pesquisa**. ANPUH, 30º Simpósio Nacional de História. Recife, 2019. Disponível: https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1563886605_ARQUIVO_ArtigoCompleto_AnaKallas.pdf

LOPES, Ana Maria D'Ávila & CHEHAB, Isabelle Maria Campos Vasconcelos. **A Comissão Nacional da Verdade e a inclusão do Nordeste brasileiro na Agenda Transicional**, *RIL*. Brasília a. 53 n. 210, abr./jun. 2016, p. 11-23

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

NASCIMENTO, Afonso. **Resistência e adesão ao regime militar: ensaios a partir da Comissão da Verdade de Sergipe**. Aracaju-SE: Criação, 2020, p.286

NASCIMENTO, Celia Regina de Paula & VIEIRA, Fernando Antônio da Costa. **A Comissão da Verdade no Brasil: a luta pela memória em uma democracia fragilizada**.

Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 121, maio de 2020, p.123-146.

ROVAI, Oliveira de Gouveia Marta. **Ensino de história e história pública: os testemunhos da Comissão Nacional da Verdade em sala de aula.** *Revista História Hoje*, v.8, nº15, 2019, pp.89-110.